

Ata treze

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta e oito minutos, no edifício da sede da Junta de Freguesia de Palme, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Palme, presidida por Natália Queirós. Estavam também presentes os membros Maria Alice Sá, Márcia Barbosa, Paulo César Costa e Lúcia Carvalho. Não estavam presentes Cláudio Torres e Odete Mendes. Estava também presente o executivo da Junta de freguesia, nomeadamente a presidente Natalina Sá, o secretário Davide Pires e a tesoureira Lisete Ribeiro. Verificada a existência de quórum, a presidente da Mesa deu início à reunião, que era constituída pela seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um: Leitura e votação da ata da reunião do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto dois: Apreciação e votação da primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Ponto três: Apreciação e votação da primeira alteração modificativa ao PPI de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Ponto quatro: Apreciação e votação da segunda alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Ponto cinco: Apreciação, e votação das opções do plano e orçamento para dois mil e vinte e cinco;-----

-----Ponto seis: Apreciação e votação do contrato de comodato com o Palme Futebol Clube;-----

-----Ponto sete: Informação do executivo da Junta sobre a atividade da autarquia.-----

-----Iniciando a reunião e respeitando o período de antes da ordem do dia, a presidente da Mesa perguntou aos membros se havia alguma questão a ser colocada. Não houve intervenções neste período. -----

-----Abrindo a ordem de trabalhos, a presidente da Mesa perguntou se algum dos membros se opunha à dispensa da leitura da ata que tinha sido prévia e atempadamente disponibilizada aos membros da Assembleia. Nenhum dos membros manifestou oposição. Passou-se então à votação da ata que foi aprovada com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá, Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho. -----

-----Passando ao ponto dois, foi dada a palavra à tesoureira da Junta, Lisete Ribeiro que explicou as razões de se fazer esta alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e quatro. Esta alteração foi necessária para que se acrescentasse na receita do orçamento previsional de dois mil e vinte e quatro o saldo do ano anterior que era de dezanove mil quinhentos e oitenta e dois euros e trinta e três centimos, verba esta que foi acrescentada na rubrica da viação rural, arruamentos, águas pluviais, muros e outros. Não havendo mais nada a acrescentar e não havendo perguntas dos membros da assembleia, a presidente da Mesa colocou a votação, que foi aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá, Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho. -----

-----Iniciando o ponto três, foi dada novamente a palavra à tesoureira da Junta para que explicasse o documento a ser apreciado. Lisete Ribeiro explicou que esta alteração ao PPI foi feita antes da alteração ao orçamento e que foi feita pelo facto de se ter gasto mais do que o inicialmente previsto na pavimentação da Rua da Penela, havendo depois a necessidade de ajustar as verbas disponíveis para o resto dos arruamentos previstos no PPI. Explicou que foram reduzidos dois mil euros ao orçamento inicial previsto para a rua

dos Marcelos, foi tomada a opção de não pavimentar em dois mil e vinte e quatro a Rua das Corgas e que foram reduzidos mil euros ao orçamento previsto para a rua das Tomadias para que ficasse disponível a verba gasta nos extras da Rua da Penela. Terminando a sua exposição, foi dada a possibilidade de os membros da Assembleia colocarem questões e Márcia Barbosa perguntou qual era a previsão agora para a pavimentação da Rua das Corgas. Lisete Ribeiro disse que a pavimentação desta rua já está prevista novamente no PPI de dois mil e vinte e cinco. Não havendo mais questões, o documento foi aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá, Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho.-----

-----Passando ao ponto quatro, a presidente da Mesa deu novamente a palavra a Lisete Ribeiro que disse que tal como já tinha dito, a segunda alteração ao PPI foi necessária depois da alteração ao orçamento e que com a verba disponível foram pavimentadas as sublarguras existentes na Rua de Nossa Senhora dos Remédios resultantes da construção de novos muros de suporte e consequentes alargamentos e que foi também pavimentado um caminho junto à drogaria Central. Não havendo mais nada a explicar e não havendo questões dos membros presentes, o documento foi submetido a votação sendo aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá, Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho. -----

-----A presidente da Mesa iniciou então o ponto cinco da ordem de trabalhos e a palavra foi novamente dada a Lisete Ribeiro para que explicasse o documento em análise. Lisete Ribeiro começou por explicar o orçamento inicial de receita que tem um valor total de trezentos e cinquenta e cinco mil e setenta e oito euros e que está separado em receitas correntes e receitas de capital. Detalhou os valores de algumas das rubricas mais importantes e passou depois a explicar o orçamento inicial de despesa, também dividido em despesas correntes e despesas de capital, detalhando também algumas das rubricas mais importantes que pudessem suscitar dúvidas, nomeadamente o valor previsto para a limpeza de ruas e valetas que considera bastante elevado mas frisou que a Junta já tinha tido uma reunião com uma empresa diferente para fazer o mesmo serviço sendo que essa apresentou um valor ainda muito mais elevado. De seguida explicou ao detalhe o PPI para dois mil e vinte e cinco, falando sobre as ruas e obras que estão previstas para esse ano. Colocou-se de seguida ao dispor dos membros para o esclarecimento de alguma dúvida que houvesse. Paulo César Costa perguntou o porquê de ainda não aparecer neste PPI a Rua do Amaral, que tem sido alvo de debate em praticamente todas as reuniões e Lisete Ribeiro explicou que esta rua está englobada na aquisição de terreno para o alargamento do cemitério. Lúcia Carvalho perguntou o porquê de voltar a aparecer no PPI a pavimentação das sublarguras da Rua de Nossa Senhora dos Remédios e a presidente da Junta explicou que essa obra já está concluída não tendo ainda sido paga e por isso ainda aparece neste PPI. Não havendo mais questões, a presidente da Mesa submeteu o documento a votação que foi aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Márcia Barbosa e Maria Alice Sá e as abstenções de Paulo César Costa e de Lúcia Carvalho. -----

-----Passou-se então ao ponto seis da ordem de trabalhos e a presidente da Mesa deu a palavra à presidente da Junta para que explicasse os detalhes que levaram à inclusão deste ponto na reunião. Natalina Sá explicou que este contrato de comodato não foi enviado aos membros da Assembleia por existirem erros que achou por bem não deixar prosseguir, sendo que tinha ficado combinado com a direção do clube que este contrato ficaria ratificado pela assembleia de freguesia nesta reunião. No entanto, ao analisarem o referido contrato, detetaram que nele existiam erros, por exemplo na descrição do artigo predial. Existe bastante confusão nas descrições de artigos pertencentes à Junta e que este era um deles, sendo que o executivo está a tentar reunir toda a informação correta para que este contrato fique o mais detalhado e verdadeiro possível para que não haja problemas futuros. Explicou alguns dos detalhes escritos no contrato e explicou também

que este contrato costumava ser feito por um período de dez anos sendo renovado depois desse período, mas que desta vez a ideia será saltar esta formalidade que considera desnecessária, estando agora estipulado que o contrato dura enquanto o Palme Futebol Clube mantenha atividade. Disse que apesar de estar a ser posto para aprovação pelos membros da Assembleia, esse não é um passo necessário e que desde sempre este contrato foi respeitado mesmo não estando votado na Assembleia. A direção do clube, presente na reunião, manifestou vontade que o contrato fosse apreciado e assinado, mesmo não estando totalmente correta a informação nele contida e que depois poderia ser novamente trazido a uma reunião para ser votado corretamente. A presidente da Junta disse que o facto de estar a ser falado já mostrava uma intenção verbal de que seria respeitado e que se nenhum dos membros da Assembleia presentes falasse nada contra, ficava assim já registado em ata e era uma segurança para o clube, podendo o contrato ser depois assinado na reunião seguinte, em abril. E não havendo mais questões ficou assim este ponto encerrado. -----

-----Iniciando o ponto sete da ordem de trabalhos, a palavra foi novamente dada à presidente da Junta para que explicasse a atividade desenvolvida na autarquia desde a última reunião. A presidente da Junta disse que o arrelvamento do campo de futebol infelizmente não esteve pronto para o aniversário do clube. Disse que chegaram mesmo a contactar a Câmara Municipal, pedindo ajuda para saber o que fazer por o empreiteiro não estar a cumprir o que tinha sido contratado, sendo o prazo para a conclusão de cento e vinte dias e esse prazo já passou. A Câmara recomendou tentar renegociar com o empreiteiro o valor ou esticar o prazo. Considerando que a obra já está numa fase bastante avançada, havendo já relva colocada numa parte do campo, a presidente da Junta acha que não será muito benéfico ameaçar o empreiteiro dado que ele pode ainda atrasar mais por retaliação. Estando presente a direção do clube, a presidente pediu a sua opinião para que se manifestassem a esse respeito. Um dos elementos da direção considerou que nesta altura o melhor é tomar decisões com base no que é melhor para o clube e que neste momento não é caótico esperar mais algum tempo. Gostariam é que a obra estivesse concluída no final de janeiro. A presidente da Junta prometeu continuar a insistir sempre com o empreiteiro e que pelo que ele lhe disse e pela fase em que se vê a obra nessa altura estará terminado. A presidente da Junta falou depois sobre o caso da Rua do Amaral, onde está decidido que terá que se fazer uma saída para a parte de baixo, para o adro da igreja. Salientou que há o compromisso do presidente da Câmara em ajudar a adquirir o terreno para isso. Já falaram com a Lídia Pimenta, dona do terreno em questão, que se comprometeu a vender o terreno por cinquenta mil euros e que também falaram com o César Pimenta, em representação do seu pai João Pimenta, proprietário do terreno que passa pela parte de trás do cabeleireiro e que daria saída sem que fosse pelo adro, ficando assim o terreno da Lídia ainda mais disponível para o alargamento de cemitério. No caso da Lídia Pimenta, a avaliação que a Câmara fez difere apenas quatro ou cinco mil euros do valor que a Lídia Pimenta pretende e não causa nenhum problema, considerando essa negociação praticamente fechada. No caso do terreno do senhor João Pimenta, a diferença entre a avaliação da Câmara e o valor pedido é o dobro, o que está fora de questão para a câmara. Foi pedida a ajuda do adjunto do presidente da Câmara, com vista a uma negociação mais calma, mas no caso de o proprietário não ceder, a saída será mesmo feita para o adro, encurtando assim o alargamento do cemitério. A presidente falou depois que a Junta ofereceu mais uma vez as prendas de natal para a escola e para a CAF e também que ajudou na saída feita pela escola em novembro, em que as crianças se deslocaram a ver o espetáculo Quebra Nozes no Gelo. Não havendo mais assuntos a tratar a presidente da Mesa deu por encerrada a ordem de trabalhos desta reunião. -----

-----Passou-se então ao período reservado à intervenção do público. Pediu a palavra

Miguel Amaral para questionar sobre as atas. Disse que as atas não estão a ser postas publicamente no site da Junta e que gostaria de as consultar. A presidente da Junta respondeu que até ao final do ano estariam no site todas as que estão aprovadas e assinadas. Miguel Amaral perguntou se a ata desta reunião também estaria. Respondeu a presidente da Mesa que esta não estaria, uma vez que só vai ser aprovada na próxima reunião que será em abril. Miguel Amaral disse que as reuniões deveriam ser gravadas para ficar mesmo tudo registado, ao que respondeu Márcia Barbosa que disse que isso já foi falado aqui e que houve pessoas que não quiseram ser gravadas e que estão no seu direito. Sugeriu ainda que ao ler as atas e se achasse que não estavam corretas porque tem estado em todas as reuniões, poderia então fazer as sugestões que achasse por bem fazer. Lúcia Carvalho disse que na última reunião tinha falado sobre o arranjo dos caminhos da Agra, perguntando se não havia nenhuma novidade sobre isso. Respondeu o secretário da Junta para dizer que a presidente já pediu uma máquina, mas que ainda não houve resposta, ao que Bruno Júnior, presente no público respondeu que sabia que havia uma lista de espera de nove meses. Lúcia Carvalho sugeriu que se calhar o melhor mesmo seria a Junta pagar esse arranjo uma vez que acha que essa obra é bastante importante para os agricultores da freguesia. Miguel Amaral perguntou se haveria novidades sobre a Rua do Amaral até à próxima reunião, em abril. A presidente da Junta disse que esperava bem que sim e que o executivo tem desenvolvido todos os esforços nesse sentido, mas que se torna difícil negociar com pessoas que não estão dispostas a isso e cuja resposta é que a Câmara tem muito dinheiro e que pode muito bem pagar o que se pede pelo terreno. Miguel Quintia pediu então esclarecimentos à presidente da Mesa sobre as faltas e justificações ou a falta delas de um dos membros da Assembleia, no caso a senhora Odete Mendes. A presidente da Junta pediu para ser ela a esclarecer esse ponto. Disse que segundo o Regimento da Assembleia, esta falta de hoje da dona Odete é a terceira seguida sem justificação, o que pode fazer com que perca o seu mandato. No entanto, a perda de mandato tem que ser comunicada ao tribunal administrativo e há uma série de passos a dar e que só podem ser dados a partir de agora. Estando esclarecido este ponto e não havendo mais questões do público, a presidente da Mesa pediu para ela própria colocar uma questão sobre o arranjo da saída da sua casa, situação para a qual alerta há anos. Disse que tem tido que fazer arranjos no para choques do seu carro e que na sua opinião, não seria preciso tanta verba assim para que a sua situação fosse resolvida. Disse que toda a água vem por ali abaixo e que lhe estraga a entrada, o que faz com que tenha bastante dificuldade em sair com o carro sem bater. Pediu para que fossem lá ver. A presidente da Junta disse que em situações assim, o que a Junta tem pedido é que as pessoas arranjem um orçamento que depois será analisado e que isso poderia agilizar o processo. Paulo César perguntou depois se ainda se previa que o saneamento ficasse pronto em dois mil e vinte e cinco. A presidente da Junta disse que sim, que essa previsão se mantém, que isso é o que sempre tem sido mantido da parte das autoridades responsáveis. Não havendo mais ninguém a pedir palavra, a presidente da Mesa deu por terminada a reunião pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela presidente da Mesa e pela secretária que a redigiu. -----

Presidente

Natália Queiroz

Secretária

Flávia Alice Cunha de Sá